

Sistema-mundo e meio ambiente: um debate a partir da expansão cafeeira em Rio Claro-SP (1870-1900)^a

World-System and the Environment: A Discussion from the Perspective of Coffee Expansion in Rio Claro-SP (1870–1900)

Herick Vazquez Soares^b 

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Alfenas, Brasil

Lucca de Rossi^c 

Departamento de Economia, Universidade de São Paulo, Brasil

Resumo: A transição do modo de produção feudal ao modo de produção capitalista foi caracterizada, entre outras coisas, pela colonização e subjugação de colônias por suas respectivas metrópoles. Resultado disso foi a própria divisão internacional do trabalho, que separou em dois grandes grupos os países inseridos no comércio internacional: países dependentes/periféricos e países centrais. Nessa divisão, como produto desse processo histórico, o Brasil se torna um país dependente, produzindo e exportando gêneros agropecuários, inclusive o café, para o centro capitalista. Nesse sentido, surgem questões importantes a serem analisadas: como essa produção se deu no território brasileiro, e mais especificamente, os impactos da forma de expansão da produção agrícola no país. Além disso, cabe discutir as relações centro-periferia e a posição do Brasil no sistema-mundo capitalista. Para tanto, o primeiro passo é entender de que forma a posição do Brasil como uma economia “voltada para fora” condicionou a maneira como a cultura cafeeira se expandiu. Em especial, é preciso se debruçar sobre como a ex-

Editor responsável: Ivan Colangelo Salomão

^a Submissão: 21/03/2025 | Aprovação: 21/09/2025 | DOI: 10.29182/hehe.v28i3.1050

^b herick.soares@unifal-mg.edu.br

^c lucca.rossi@hotmail.com

Ambos os autores foram responsáveis pela concepção, pesquisa de dados e/ou documentos, análise dos dados e/ou documentos, participação ativa na discussão dos resultados e revisão e aprovação da versão final.



Esta publicação está licenciada sob os termos de Creative Commons 4.0 Internacional

pansão extensiva do café, condicionada pela dependência econômica, foi responsável por danos ambientais no país, sobretudo pelo desmatamento. Isso será feito por meio de pesquisa bibliográfica e fundamentação teórica acerca do desenvolvimento histórico do capitalismo, sobre a teoria de sistemas-mundo, articulados com o exame da expansão agrícola cafeeira em Rio Claro no período de 1870 a 1900.

Palavras-chave: Expansão cafeeira. Sistemas-mundo. Capitalismo dependente. Desmatamento. Ferrovias.

Abstract: The transition from the feudal mode of production to the capitalist mode of production was characterized, among other factors, by the colonization and subjugation of colonies by their respective metropolises. A direct outcome of this process was the international division of labor, which split countries involved in international trade into two major groups: dependent/peripheral countries and core countries. Within this division, as a product of this historical trajectory, Brazil became a dependent country, producing and exporting agricultural and livestock commodities—coffee among them—to the capitalist core. In this context, several important issues arise that warrant further analysis: how this production unfolded within Brazilian territory, and more specifically, the impacts of the mode of agricultural expansion in the country. Furthermore, it is essential to discuss core-periphery relations and Brazil's position within the capitalist world-system. To that end, the first step is to understand how Brazil's position as an 'outward-oriented' economy shaped the way coffee cultivation expanded. In particular, attention must be paid to how the extensive expansion of coffee production, shaped by economic dependency, led to significant environmental degradation in the country—especially deforestation. This analysis will be conducted through bibliographic research and theoretical grounding in the historical development of capitalism and world-systems theory, in articulation with an examination of the agricultural expansion of coffee production in Rio Claro between 1870 and 1900.

Keywords: Coffee expansion. World-systems. Dependent capitalism. Deforestation. Railways.

JEL: N56.

Introdução

O evoluir do desenvolvimento econômico brasileiro contém a devastação ambiental em sua gênese. Nesse sentido, desde a célebre obra *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Júnior (1961), passando por diversos estudos de autores, já na primeira metade do século XX,¹ a questão ambiental vem sendo estudada academicamente no campo da História. Nas últimas duas décadas, com a intensificação das crises ecológica e climática, observa-se a consolidação da chamada História Ambiental no campo historiográfico.

No caso brasileiro, a expansão extensiva dos cultivos em diferentes épocas tornou o desmatamento um dos principais problemas ambientais do país, sendo a forma como ele se desenvolveu historicamente importante objeto de estudo. Destarte, este trabalho tem como objetivo geral estudar a relação entre a posição do Brasil no sistema-mundo e a devastação ambiental no país. Busca-se entender a articulação dessa expansão com a posição capitalista-dependente do Brasil, introduzindo a análise do caso do município de Rio Claro no período de 1870 a 1900, auge do crescimento da cafeicultura. A partir desse recorte, busca-se relacionar a posição brasileira na divisão internacional do trabalho com a expansão do desmatamento.

A dinâmica da divisão internacional do trabalho, na qual o Brasil figurou e ainda figura como importante território agrário-exportador, guarda profunda relação com a devastação ambiental ao aumentar o desmatamento nos territórios. Isso porque, diante dos choques e incentivos exógenos (como melhoria do cenário internacional) e endógenos (políticas econômicas orientadas à agroexportação, por exemplo), há estímulos à expansão dos cultivos e à incorporação de novas terras à fronteira agrícola. Durante a expansão da cafeicultura no interior de São Paulo, predominou a expansão extensiva, com a incorporação de fatores de produção – terra e mão de obra –, em detrimento da expansão intensiva por meio do incremento de produtividade (Furtado, 2005).

Para ilustrar a reflexão teórica proposta entre o papel do capitalismo dependente e a questão ambiental, realizou-se uma breve análise da ex-

¹ No Brasil, Capistrano de Abreu, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda também abordaram em suas obras o trato com a natureza desde o período colonial.

pansão da cafeicultura no município de Rio Claro no período de 1870 a 1900. O município de Rio Claro tem 80% do território pertencente ao bioma Mata Atlântica, cujos ecossistemas são sobretudo florestais (IBF, s.d.), de modo que a expansão cafeeira em seu território requereu desmatamento massivo.

O artigo divide-se em três partes: na primeira, construiu-se uma breve revisão bibliográfica da teoria de análise de sistemas-mundo e uma fundamentação teórica acerca do desenvolvimento histórico do capitalismo no mundo, para que, a partir da noção de totalidade, analisemos a expressão particular do caso brasileiro na forma como o Brasil está inserido na divisão internacional do trabalho. Para isso, utilizou-se autores como Giovanni Arrighi, Immanuel Wallerstein, Raúl Prebisch e Maria da Conceição Tavares. Na segunda parte, será apresentado o caso da expansão cafeeira no município de Rio Claro, por se tratar de representação no tempo e no espaço da relação entre a posição do Brasil no sistema-mundo e a temática ambiental. A análise do caso rio-clarense ilustra como essa expansão se relaciona ao desmatamento de biomas, mostrando que a devastação das florestas da região esteve condicionada à característica dependente e reflexiva da economia brasileira no período estudado, cuja tônica objetivava atender o mercado externo. Na terceira parte, propor-se-á a discussão da relação entre sistemas-mundo e degradação ambiental na localidade a partir do caso de Rio Claro, o qual apresenta possibilidades interpretativas profícuas para a discussão dos impactos ambientais das relações centro-periferia na localidade.

1. O Brasil no sistema-mundo capitalista do século XIX

A Teoria dos Sistemas-Mundo (*World-Systems Analysis – WSA*) surge nos anos 1970 como uma alternativa histórico-estrutural às explicações “nacionalistas-metodológicas”² sobre desenvolvimento. Seu ponto de partida é que o capitalismo deve ser analisado como um sistema histórico mundial (e não como a soma de economias nacionais), constituído por relações de interdependência assimétricas entre centro, semiperiferia e

² Esse tipo de explicação foi muito influente na teoria econômica clássica e neoclássica, e entendia o subdesenvolvimento como uma etapa transitória a ser superada por meio de modernização tecnológica e mudanças institucionais. Um dos principais teóricos dessa corrente foi Walt Rostow, conhecido pelo modelo de Rostow (Bastos; Pereira, 2024).

periferia. A formulação clássica está em *The Modern World-System* (1974), de Immanuel Wallerstein, complementada por seu manual sintético *World-Systems Analysis: An Introduction* (2004).

A Teoria dos Sistemas-Mundo articula três grandes influências: a noção de longa duração de Fernand Braudel, os debates da teoria da dependência e as leituras marxistas da acumulação e da divisão internacional do trabalho. A partir dessas bases, constrói-se um arcabouço conceitual no qual a unidade de análise é o sistema-mundo moderno, nascido no “longo” século XVI europeu, entendido como uma totalidade histórica. Dentro dele, as posições estruturais de centro, semiperiferia e periferia são definidas pela especialização produtiva, pelo poder estatal e pela capacidade de apropriar valor por meio de trocas desiguais.

Entre as obras que compõem o cânone clássico da teoria, destacam-se *The Modern World-System* (1974) de Wallerstein; *The Long Twentieth Century* (1994) de Arrighi; *ReOrient* (1998), de Gunder Frank; *Unequal Development* (1976), de Amin; além de *Commodity Chains in the World-Economy Prior to 1800* (1986), de Hopkins e Wallerstein, a respeito de cadeias de mercadorias. Entre as principais críticas a essa corrente teórica, aparece o rótulo de “neo-smithianismo” por supostamente negligenciar classes internas (Brenner, 2006); a contestação do papel autônomo do Estado (Evans; Rueschemeyer; Skocpol, 1985); que se somam às críticas ao eurocentrismo e a cronologias restritivas (Abu-Lughod, 1989). Sob perspectiva comparativa, a Teoria dos Sistemas-Mundo traz diferenças em relação à Teoria da Dependência, já que sua unidade de análise se desloca para o sistema histórico global e aposta em ciclos seculares e cadeias produtivas como instrumentos empíricos. Não obstante, as duas correntes teóricas demonstram profícuos pontos de convergência – como a centralidade das relações centro-periferia e da troca desigual.

Ao conectar história de longa duração, hierarquias espaciais e poder em uma mesma moldura analítica, a Teoria dos Sistemas-Mundo constitui uma ferramenta poderosa para compreender desigualdades globais, cadeias produtivas e crises contemporâneas.

Arrighi (1994) identificou quatro ciclos sistêmicos de acumulação: o ciclo genovês, o ciclo holandês, o ciclo britânico e o ciclo estadunidense. Cada regime de acumulação se desenvolve dentro do antigo, inclusive como resultado de contradições na expansão plena do regime anterior.

Quando o novo regime se consolida e se expande, inaugura-se a terceira fase, em que ele em si cria suas próprias contradições e dá espaço para um novo regime de acumulação se sobrepor e se tornar, posteriormente, “o novo regime dominante” (Arrighi, 1994, p. 220). A terceira fase expressa precisamente o momento em que o capital se desloca da produção e do comércio em direção às finanças – e, assim, inaugura a fase de expansão financeira, além da própria expansão material do regime de acumulação subsequente (Arrighi, 1994, p. 220).

O ciclo que ocorre concomitantemente ao objeto analisado neste trabalho é justamente o britânico, o terceiro deles. Nesse período, o “imperialismo britânico de livre comércio”, reorganizou o arranjo mundial e tornou a Grã-Bretanha o polo hegemônico global (Arrighi, 1994, p. 52). Ao fim e ao cabo, as nações recém emancipadas estavam sob o julgo das leis do “mercado”, essa entidade metafísica que é personificada e representada pela Grã-Bretanha. Com o imperialismo de livre comércio, a Grã-Bretanha praticamente manteve seu mercado interno aberto aos produtos dos outros países, sem que eles pudessem estar abertos também. Ou seja, uma abertura unilateral da nação britânica é que foi um dos pilares desse imenso poder *uno* característico da *Pax Britannica* (1815-1914). Além disso, o desenvolvimento do capitalismo industrial – sobretudo de uma indústria de bens de capital – na Grã-Bretanha também foi instrumentalizada para garantir o controle britânico do arranjo mundial. Isso porque as ex-colônias dependiam justamente desses produtos britânicos para o seu próprio desenvolvimento, com a contrapartida de que a fidelidade dessas nações deveria estar na Grã-Bretanha, que abrisse seu mercado para as mercadorias naturais e alimentos produzidos nesses países (Arrighi, 1994).

Sobre essa dinâmica entre Estados, Wallerstein (1974) propõe a análise de Sistema-Mundo. Essa lente analítica é mais do que uma análise meramente econômica. Segundo José Ricardo Martins (2015), Wallerstein propõe “uma teoria sistêmica e estruturalista, como o fizeram Raúl Prebisch, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, André Gunther Frank e Theotônio dos Santos”, colocando o sistema-mundo como um “sistema social” (Martins, 2015, p. 100). E é a partir desse sistema que há o reforço de um mundo dividido entre Centro, Semiperiferia e Periferia, cujos aspectos definidores estão contemplados no Quadro 1:

Quadro 1 – Aspectos definidores do Sistema-Mundo

Nível	Aspecto Econômico	Aspecto Político	Aspecto Cultural
Centro	Países com produção de alto valor agregado tecnológico; produtor e exportador de tecnologia; mão de obra especializada.	Países que são Estados fortes, tendo a capacidade de ampliar seu domínio para além de suas fronteiras.	Possuem forte identidade nacional e ampliam sua identidade como referencial para além das fronteiras.
Semiperiferia	Países de industrialização de baixo valor tecnológico agregado; não produz tecnologia, mas a absorve; mão de obra semiespecializada e não especializada.	Estados que têm o controle de sua política interna, mas não exercem influência externa.	Possuem identidade cultural e nacional média
Periferia	Países que produzem produtos primários apenas; mão de obra não especializada.	Estados que nem possuem o controle da sua política interna, nem exercem influência externa.	Não possuem identidade nacional ou é fragmentada, prevalecendo identidades étnica ou religiosa.

Fonte: Martins (2015, p. 100).

Para Wallerstein (2004), um processo vital para a manutenção desse Sistema-Mundo é o poder que uma empresa que está sediada em um país central tem ao pressionar o próprio país a influenciar um outro país periférico – e, portanto, mais “fraco” – para que possa ter suas necessidades de acumulação de capital atendidas. Nessa Divisão Internacional do Trabalho (DIT) – que inclusive possui um elemento geográfico –, há uma constante luta para que o capital possa se auto expandir e, portanto, gerar mais-valia. Nesse sentido, seria justamente a partir dessa dinâmica internacional que se expressa a luta de classes no âmbito interestatal (Wallerstein, 2004). No final das contas, ainda que cada país possua virtualmente sua própria soberania, a depender da sua posição relativa no Sistema-Mundo, ele pode conseguir mais facilmente intervir em outro país ou ser a vítima dessa intervenção.

Essa característica é idiossincrática do Sistema-Mundo de Wallerstein (2004), uma vez que a posição relativa de cada país é justamente mensurada pela sua capacidade de intervir ou não em outros países a fim de expandir ainda mais a acumulação de capital. Isso é observado precisamente quando os países centrais forçam os periféricos a deixarem suas

fronteiras cada vez mais abertas ao fluxo comercial e de capital, para que as empresas sitiadas naqueles possam se expandir e garantir seus lucros (Wallerstein, 2004). Um exemplo é justamente a pressão que a Inglaterra exerceu sobre o Brasil para a abertura das fronteiras que resultou, em 1808, na Abertura dos Portos às Nações Amigas de Portugal.

No entanto, ainda que os países centrais exijam dos periféricos uma abertura quase que irrestrita de suas economias, eles próprios não são recíprocos e resistem a abrir suas respectivas economias, uma vez que os produtos das empresas locais poderiam ser prejudicados pela competição (Wallerstein, 2004). Mais do que somente aspectos econômicos, os países centrais pressionam os periféricos para que até mesmo ideologicamente eles possam vir a ser hegemônicos e reforcem essa divisão do trabalho.

Na ótica de Wallerstein, a própria origem da colonização se explica pela “expansão econômica do Sistema-Mundo” (Wallerstein, 2004, p. 55, tradução nossa). Na busca pela acumulação do capital, os países centrais incorporaram novas zonas à dinâmica desse Sistema-Mundo, fazendo com que os países periféricos, cuja institucionalidade e poderio militar são comparativamente mais “fracos”, fossem tomados e conquistados pelos países centrais (Wallerstein, 2004). Nessas colônias, ainda que houvesse uma política interna com os mesmos elementos da metrópole, quem a coordenava e a adotava eram pessoas enviadas pela própria metrópole, e não a população da colônia (Wallerstein, 2004). Assim, as decisões eram em sua esmagadora maioria voltadas aos interesses do país colonizador.

Mais do que garantir a expansão e acumulação de capital via exploração das colônias, o objetivo da metrópole era também restringir o acesso de outros países aos recursos e o próprio mercado interno da colônia. Ainda que conseguissem sua independência, esses países ainda poderiam estar fadados a serem semiperiféricos – como foi o caso do Brasil –, uma vez que a política externa estaria assentada na dependência e no imperialismo. Isso porque, segundo Wallerstein, a luta desses países com os centrais assume “a forma de um [...] equilíbrio de poder”, em que “nenhum Estado pode automaticamente obter seu caminho na arena interestatal” (Wallerstein, 2004, p. 57, tradução nossa). Essa situação não impede, porém, que os países centrais busquem sua dominância no Sistema-Mundo, mas a operacionalização dessa conquista muda de forma. Uma das formas possíveis é transformar o Sistema-Mundo em um Império-

-Mundo, tentado e fracassado por Hitler e seu Estado Nazista; a outra forma, no entanto, assemelha-se à conquista da hegemonia que Arrighi traz ao debate (Wallerstein, 2004).

Essa segunda forma foi o caminho traçado pela Inglaterra no século XIX, resultando na *Pax Britannica* anteriormente mencionada. A Inglaterra conquistou a hegemonia do Sistema-Mundo, e isso significa dizer que ela conseguiu estabelecer e manter as regras do arranjo mundial do período, conseguiu centralizar a economia capitalista mundial nela própria – seja no aspecto produtivo, comercial ou financeiro –, e conseguiu tudo isso com o uso mínimo da força militar, ainda que o poderio militar inglês fosse extremamente relevante (Wallerstein, 2004).

A posição relativa do Brasil nesse arranjo mundial pautado na acumulação interminável de capital nos remete aos conceitos desenvolvidos por Raúl Prebisch. A visão de Prebisch esteve lastreada na busca pelo entendimento do funcionamento das economias ditas subdesenvolvidas na América Latina, não como uma anomalia do sistema capitalista, e sim como parte constitutiva dele próprio (Rodríguez, 2009). A partir da constatação do resultado do desenvolvimento histórico do capitalismo, Prebisch buscou entender as diferenças entre o processo de maturação do sistema econômico em um mundo constituído de países centrais e países periféricos, divisão que se assemelha àquela realizada por Wallerstein e que foi anteriormente discutida. Conceituando essa divisão, Rodríguez (2009) diz:

No par de conceitos recém-mencionados está implícita uma ideia de desenvolvimento desigual originário: os centros se identificam com as economias onde as técnicas capitalistas de produção penetram primeiro; a periferia, em contrapartida, é constituída por economias cuja produção permanece inicialmente atrasada, do ponto de vista tecnológico e organizacional. (Rodríguez, 2009, p. 81)

No entanto, não é somente nesse atraso que se traduzem as economias periféricas. Segundo Prebisch, mais do que isso, o progresso das técnicas capitalistas “[...] não penetra a não ser ali onde se faz necessário para produzir alimentos e matérias-primas a baixo custo, com destino a grandes centros industriais.” (Prebisch, 1973, p. 1, *apud* Rodríguez, 2009, p. 81). Ou seja, mesmo com progresso técnico, as economias subdesenvolvidas

são reforçadas a manter a sua característica agrário-exportadora. Segundo o autor, as economias periféricas, após um período de atraso inicial, passam por um processo de “desenvolvimento para fora”, cujo setor dinâmico da economia, portanto, era justamente a exportação, com uma pauta assentada em bens primários. Um dos resultados desse processo é precisamente a especialização das economias periféricas por meio de expansões do setor exportador de produtos agrícolas ou minerais (Rodríguez, 2009).

Tavares ([1999] 2019) defendeu que a economia brasileira orbitou a expansão do capitalismo inglês no período da *Pax Britannica*. Naquele momento, o Brasil era visto pela Grã-Bretanha como um novo mercado para onde os produtos ingleses oriundos da Revolução Industrial poderiam se destinar, ou seja, era um “bom negócio capitalista, na divisão internacional do trabalho proposta pela Inglaterra” (Tavares, [1999] 2019, p. 262).

De acordo com Tavares ([1999] 2019), esse processo histórico transformou uma economia colonial decadente em um “espaço dominante de acumulação, tendo como centro interno o próprio complexo cafeeiro e como inserção internacional a economia mundial” (Tavares, [1999] 2019, p. 263). Ou seja, o ciclo de produção e reprodução do capital inglês no Brasil teve como pilar a agricultura cafeeira, cujo destino era a economia mundial. Assim, a autora nota que “os determinantes principais do desenvolvimento capitalista brasileiro são exógenos” (Tavares, [1999] 2019, p. 264).

Tavares, no entanto, qualifica que o desenvolvimento capitalista brasileiro não é única e exclusivamente explicado pelas variáveis exógenas. Dentre os fatores endógenos determinantes do desenvolvimento histórico do capitalismo no Brasil, a autora destacou:

[...] os conflitos pela concessão de “garantias” para a *apropriação privada do território como forma patrimonial de riqueza e exploração predatória de recursos naturais*, expulsão e incorporação de populações locais e imigradas, submetidas a todas as formas de exploração conhecidas. (Tavares, [1999] 2019, p. 265, grifos nossos)

A esse respeito, Tavares frisou que nem mesmo as crises econômicas mundiais conseguiram alterar esse “caráter rentista e patrimonialista” da própria expansão nos territórios (Tavares, [1999] 2019, p. 265). Ou seja,

para ela, a ocupação dos territórios foi uma das formas pelas quais o capitalismo se sustentou no Brasil. E, mais do que isso, o próprio Estado brasileiro é chamado a intervir em alguns momentos para manter esse processo de acumulação e manter girando o “moinho satânico”, expressão utilizada pela autora aludindo ao conceito de Karl Polanyi (1957).

A expansão das fronteiras econômicas, periodicamente fechadas e reabertas pelos negócios de produção e exportação do *agrobusiness* da exploração de recursos naturais, mantém-se ao longo de toda história econômica brasileira. (Tavares, [1999] 2019, p. 268)

Em outras palavras, é próprio do capitalismo brasileiro, segundo Tavares, essa incorporação de terra para a produção agrícola, a fim de serem desbravadas novas “fronteiras de acumulação” (Tavares, [1999] 2019, p. 269). E é justamente nesse contexto que a expansão da cultura cafeeira se inseriu. A inserção brasileira na divisão internacional do trabalho proposta pela Inglaterra permitiu que, após a consolidação do complexo cafeeiro, o capital inglês encontrasse nele um novo espaço para se reproduzir. Diversos foram os empreendimentos e negócios realizados de maneira direta pelo capital inglês – seja por meio do financiamento da expansão das fronteiras agrícolas ou pela construção das estradas de ferro – ou de maneira indireta, via empreendimentos financeiros (Tavares, [1999] 2019).

2. O caso da expansão cafeeira em Rio Claro (1870-1970)

Os anos 1870 marcam o declínio da cafeicultura no vale do Paraíba e o início da expansão dos cultivos pelo Oeste Paulista. As vantagens dessa região perante outras se dava, em termos gerais, por conta de uma terra mais fértil – a chamada “terra roxa”, de origem basáltica –, além de clima e topografia mais favoráveis. Além disso, nesse período, foi resolvido o problema da mão de obra, com a inserção da mão de obra imigrante europeia e japonesa, e o problema do transporte, com a introdução das estradas de ferro (Ribeiro, 2011).

Segundo Dean (1996), um dos aspectos mais predatórios da expan-

são do café em território brasileiro foi a crença de que o café tinha que ser plantado em terreno coberto por floresta, elevando o desmatamento nas regiões onde foi introduzido:

Nas plantações do Rio de Janeiro, plantações velhas não eram replantadas, mas abandonadas, e novas faixas de floresta primária eram então limpas para manter a produção. O café avançou, portanto em terras altas, de geração para geração, nada deixando em seu rastro além de montanhas desnudadas. (Dean, 1996, p. 196)

A expansão para o Oeste Paulista manteve, via de regra, o caráter predatório da expansão pelo Vale do Paraíba, sendo a queimada o recurso mais comum para a abertura de novos plantios e o aproveitamento de terras consideradas “virgens” para a produção cafeeira. A região de Rio Claro foi caracterizada por Warren Dean como sendo um lugar onde, no início do século XVIII, “quase tudo era floresta” (Dean, 1977, p. 19), haja vista que está contido no bioma da Mata Atlântica, fazendo a transição entre a vegetação de floresta estacional semidecidual e o Cerrado (Souza Pinto, 2021). A ocupação das terras do município não se deu primeiramente por meio da agricultura. Em verdade, a descoberta do ouro nas regiões centrais do país fez com que a região comesse a ser ocupada por viajantes a caminho de Minas Gerais, servindo de local de abastecimento para eles (Dean, 1977; Santos, 2000). A população que ali passou a viver, a princípio, esteve ligada a atividades econômicas de subsistência de pequena escala, transformando pouco a região, pelo menos até o meio do século XVIII (Souza Pinto, 2021; Dean, 1977). Ainda nesse período, a concessão de sesmarias foi de grande relevância, de tal forma que as grandes fazendas da cidade – como a Santa Gertrudes, objeto de estudo de diversas obras – tiveram sua origem atrelada a essas doações (Santos, 2000). Santos interpreta essa concentração de concessões como sendo uma demonstração efetiva de que a primeira metade do século XVIII foi a “fase mais representativa da ocupação e povoamento efetivo” de Rio Claro (Santos, 2000, p. 36). Isso foi possível graças aos ganhos excedentes da economia colonial do litoral brasileiro, que precisavam ser reinvestidos de alguma forma – forma essa que se transmutou na própria doação de grandes terras virgens à elite agrária da época (Souza Pinto, 2021). Dessa forma, com a crescente concentração de terras, criou-se o que Warren

Dean denomina de sistema de grande lavoura, com Rio Claro sendo um expoente desse sistema (Dean, 1977; Souza Pinto, 2021).

Concomitantemente a esse processo de estruturação agrária da região, o Brasil estava passando pelo processo de expansão do capital, cuja racionalidade estava assentada na produção – no caso em questão, agrícola – voltada especialmente para o mercado externo. Tal racionalidade fez com a estrutura agrária da região se estruturasse a partir do latifúndio, pelo qual se expandiu a plantação de culturas tropicais compatíveis: primeiramente a cana-de-açúcar e, posteriormente, o café. Segundo Santos (2000), a produção da cana-de-açúcar foi importante para manter a estrutura agrária baseada na grande propriedade na região de Rio Claro, o que permitiu que o café pudesse se aproveitar de tal estrutura.³

O processo de ampliação e consolidação do café ocorreu concomitantemente à pressão inglesa pelo fim do tráfico internacional de escravos, culminando em 1850 em sua proibição (Santos, 2000). Apesar disso, a dinâmica regional de Rio Claro foi tal que, mesmo com essa proibição, o que se viu foi um aumento no número de pessoas escravizadas: de 598 no ano de 1835, o número de pessoas escravizadas passou para mais de 1400 em 1856 (Dean, 1977). Isso mostra a intensidade da atratividade do café, que foi capaz de direcionar capital e trabalho – no período em questão, escravo – para investimentos para sua expansão. Tal aumento foi possível, segundo Santos (2000), por conta do tráfico interprovincial, uma saída encontrada para tentar suprir a demanda por mão de obra nas regiões.

Uma outra característica que deve ser levada em consideração ao analisar a produção cafeeira rio-clarense é justamente a questão do transporte. Segundo Santos (2000), havia um alto custo de transportes e/ou de comunicação, e isso fazia com que São João Batista de Rio Claro delimitasse a “fronteira economicamente viável” da produção desse gênero agrícola, pelo menos entre 1850 e 1860. Durante esse período, Dean (1977) observa que em outras cidades as estradas de ferro começaram a ser inauguradas, e quando ela chegou à Campinas houve uma forte pressão para que ela atendesse Rio Claro e Limeira.

Segundo Grandi (2012), em 1876 a Companhia Paulista de Estradas de Ferro estendeu os trilhos até Rio Claro, fazendo com que ela se tornasse

³ Segundo Baptista Filho (1952, p. 5), “a cultura do café [...] não pode ser levada a efeito, economicamente, em pequenas áreas”.

uma cidade “ponta de trilho” e a produção de café na região de Rio Claro aumentasse⁴ significativamente, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Produção de café em Rio Claro (toneladas métricas), 1835-1929

Ano	Toneladas métricas	Ano	Toneladas métricas
1835	0,5	1897	9.300
1851	294	1898	9.815
1852	470	1899	11.378
1853	756	1900	10.503
1854	1.671	1901	14.824
1855	1.466	1903	9.071
1857-59*	1.764	1905	13.172
1862	2.557	1907	14.642
1874	4.410	1909	12.356
1876	6.000	1911	8.940
1884	6.000	1913	9.135
1886	9.000	1915	10.785
1892	7.895	1917	10.980
1894	6.269	1919	8.070
1895	8.024	1929	4.050

Fonte: Dean (1977, p. 52).

*Realizada uma média para os anos.

Em 1880, depois de uma longa disputa acerca do trajeto do prolongamento da ferrovia, um Decreto Imperial concedeu o seu prolongamento, o que levou à constituição da Companhia Rio Claro. Segundo Grandi (2012), trata-se de fato relevante para a história ferroviária de São Paulo, uma vez que a ferrovia se constituiu e foi operada sem a garantia de dividendos por parte do poder público. A rentabilidade da ferrovia e seu bom coeficiente de tráfego ao longo do tempo, levantados por Grandi (2012), demonstram que Rio Claro passou a concentrar uma boa parte do comércio de café das cidades vizinhas, bem como a ter um papel relevante no

⁴ Dean (1977) levantou uma controvérsia a respeito da intensidade em que se reduziram efetivamente os custos de transporte com a chegada da ferrovia.

comércio de suprimentos e seu fornecimento para as atividades desenvolvidas na região (Hogan *et al.*, 1986; Santos, 2000).

A Tabela 2 permite afirmar que houve uma inter-relação entre a chegada da ferrovia, a expansão das exportações de café e o crescimento da população, as três ocorrendo de modo paralelo.

Tabela 2 – São Paulo: rede ferroviária, população e exportações de café pelo porto de Santos, 1870-1900

Ano	Rede ferroviária (KM)	Exportações de café por Santos (sacas de 60kg)	População
1870	139	543.425	-
1875	655	740.603	837.354 (1874)
1880	1.212	1.204.328	-
1885	1.640	1.627.176	1.221.380 (1886)
1890	2.425	3.048.327	-
1895	2.962	3.135.196	-
1900	3.373	7.821.541	2.279.608

Fonte: Santos (2015, p. 127).

Uma coisa interessante de se observar é que as três expansões – da cafeicultura, da malha ferroviária e da população – tiveram efeitos sobre o meio físico de Rio Claro, individualmente e de maneira inter-relacionada. Ainda que, inicialmente, segundo Dean (1977), a produção de café não demandasse a derrubada de novas florestas – haja vista que já havia terra suficiente, pelo menos naquele momento, em decorrência da agricultura de subsistência e da própria cana-de-açúcar, com o passar do tempo, houve a demanda para que novos terrenos fossem limpos (Dean, 1977).

Além disso, entendendo a região de Rio Claro como sendo parte do que Monbeig chama de “frente pioneira”, em seu livro *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*, o autor demonstra que as derrubadas das florestas parecem ter sido capazes de “alterar os regimes pluviométricos e termométricos das regiões” (Monbeig, 1984, p. 72). Até mesmo com falta de lenha as regiões da “frente pioneira” começaram a sofrer devido ao desmatamento, afetando o abastecimento dos trens utilizados para transporte de mercadorias e pessoas (Monbeig, 1984). No entanto, a intensidade

com que essas transformações aconteciam estava atrelada com as demandas do mercado externo, no início pela cana, e depois pelo café (Souza Pinto, 2021).

O impacto nas florestas era tanto que, segundo Souza Pinto, houve uma mudança na “percepção social da sociedade frente a natureza em decorrência dos efeitos que o avanço da frente cafeeira causava às florestas”, em que se começou a pensar em hortos voltados a atividades de silvicultura (Souza Pinto, 2021, p. 87). Isso pode ser uma evidência de que, como havia uma preocupação no que diz respeito ao desmatamento das florestas, esse problema de fato existia à época.

Outro impacto ambiental levantado por Monbeig é justamente o esgotamento dos solos. A partir da rápida expansão das “frentes pioneiras”, o que houve foi uma mudança nos regimes hidrológicos e fluviais, ocasionando uma deteriorização muito intensa dos solos, como é possível ver no seguinte trecho:

A realidade é mais sombria: as águas correntes transportam consigo os elementos férteis do solo, que a floresta estava renovando sob a forma de húmus. A derrubada acelera a lixiviação, ao mesmo tempo que priva o solo da matéria orgânica. Daí resulta uma modificação na estrutura do solo, pois tornando-se mais difícil a circulação do ar, vai ser diminuída a atividade dos colóides. (Monbeig, 1984, p. 90)

Ou seja, a partir da derrubada das florestas – as quais são as principais consumidoras da água –, a água começa a passar verticalmente pelo solo, levando consigo os nutrientes que estão contidos nele. Assim, muda-se a estrutura do solo e, no limite, ele se esgota. Baptista Filho observa coisa semelhante, dizendo que tal erosão “vem sendo de consequências funestas para os cafezais”, e, somado a isso, diz que os próprios cafezais estão sendo expostos diretamente aos raios solares, uma vez que são plantados e desenvolvem-se após a derrubada das árvores, e isso traz resultados ruins para a plantação (Baptista Filho, 1952, p. 9). Com essa devastação do solo e da própria vegetação, os “pioneiros” abandonam essa terra e, mesmo começando a se reconstituir por ação da natureza, ela é rapidamente limpa pela ação da “foice e do fogo”, transformando-a em uma “terra acabada” (Monbeig, 1984, p. 91).

Ainda citando a ação do fogo durante a expansão do café, Monbeig traz um depoimento de um viajante que passava pelo Oeste Paulista – especificamente vindo de Ribeirão Preto e Araraquara –, em que ele diz que “atravessou florestas em fogos” (Monbeig, 1984, p. 176). Isso mostra precisamente a forma como as fronteiras se expandiam para a produção do café. E ainda que existisse alguma parte das florestas destinadas para reservas, elas o eram para uma futura extensão das plantações – portanto, especulativas – ou eram objetos de disputas jurídicas. Afinal de contas, havia um desejo em aumentar as plantações para incrementar, por lógica, o lucro dos produtores (Monbeig, 1984). Tal situação em Rio Claro era semelhante: ao passo que em 1886 a cidade era a terceira maior produtora de café da província de São Paulo, ainda havia uma parte das florestas em pé, mostrando que esse processo de desmatamento ainda não havia acabado (Dean, 1977). Ele afirma que, em 1905, ainda havia 10% da área de Rio Claro coberta por árvores, sublinhando que quatro anos antes (1901) foi o ano em que a cidade atingiu seu apogeu de produção de café. Portanto, o resultado desse processo de movimento da “franja pioneira” foi justamente a diminuição da extensão das terras que antes não tinham sido ocupadas.

Partindo para a segunda expansão – o da malha ferroviária –, é preciso que se destaque a relação dialética que ela possuiu com a própria expansão da cafeicultura em Rio Claro. Inúmeros são os estudos que demonstram como as estradas de ferro foram essenciais para o crescimento das plantações de cafezais e para a acumulação, mas também como tais estradas cresceram na esteira do café (Santos, 2000). Ou seja, havia uma interdependência entre ambos os elementos, fazendo com que, indiretamente, a expansão da malha ferroviária fosse também responsável pela devastação ambiental mencionada anteriormente, uma vez que “quanto mais a via férrea caminhava rumo ao interior, atrás do café, mais se expandia também a frente pioneira e rendosa de plantio, configurando nova fronteira” (Santos, 2000, p. 71).

Tabela 3 – População de Rio Claro, 1822-1920

Ano	Total	Percentagem de crescimento anual	Ano	Total	Percentagem de crescimento anual
1822	1.514	-	1886	20.133	2,4
1835	2.906	6,5	1890	24.584	5,5
1857	6.564	6,0	1900	38.426	5,6
1872	15.035	8,6	1920	58.262	2,6

Fonte: Dean (1977, p. 155).

Figura 1 – Mapa da expansão urbana de Rio Claro, 1827-2010



Fonte: Ferreira *et al.* (2012, p. 11).

A expansão da cafeicultura com a facilitação dos transportes advinda do crescimento da malha ferroviária teve como consequências o crescimento populacional e a consequente urbanização de Rio Claro, sobretudo a partir da inauguração da linha ferroviária em 1876 (Santos, 2015). A Tabela 3 mostra a tendência de crescimento da população desde a primeira metade do século XIX, e isso teve um impacto crescente na forma em que a cidade se organizou, como é possível observar na Figura 1. A forma em que as cidades da região – inclusive Rio Claro – se expandiram e produziram seu espaço parece estar diretamente associada com a implantação da

ferrovia (Santos, 2000; Santos, 2015). A urbanização, em si, por lógica, foi responsável por alterar o meio físico da cidade, de modo que a terra e a vegetação (ainda restante) tiveram que ser transformadas e/ou derrubadas (Santos, 2000). Além disso, a interdependência entre as áreas rurais e urbanas aumentou de tal forma que aquelas começaram a assumir uma feição de empreendimento industrial, com exploração também de tipo industrial (Santos, 2000; Santos, 2015).

Tabela 4 – Chegadas de imigrantes a Rio Claro, 1883-1921

Ano	Número	Ano	Número	Ano	Número
1883	222	1904	88	1913	1.053
1893	2.089	1905	470	1914	770
1894	1.088	1906	811	1915	447
1895	2.523	1907	275	1916	333
1897	2.209	1908	319	1917	505
1898	488	1909	396	1918	202
1900	237	1910	413	1919	504
1901	1.013	1911	405	1920	1.072
1902	812	1912	581	1921	211
1903	161				

Fonte: Dean (1977, p. 155).

Ainda tratando do crescimento populacional, é preciso sublinhar o fato de que essa urbanização esteve atrelada também com a vinda de pessoas escravizadas e imigrantes para a cidade de Rio Claro. Com o problema de mão de obra que Rio Claro – e o Brasil – estava enfrentado desde 1850 com a proibição do tráfico de escravizados, e posteriormente com a Lei do Ventre Livre, de 1871, o tráfico interprovincial aumentou em uma intensidade relevante, direcionando essa mão de obra para as atividades que à época eram rentáveis, no caso, o café (Dean, 1977). Além do tráfico interprovincial, uma das respostas colocadas ao problema da mão de obra do período foi justamente a política imigratória, que se concretizou mais fortemente em 1886 com a instauração da Sociedade Promotora da Imi-

gração na Província de São Paulo, que subsidiava a passagem dos imigrantes, que seriam destinados, a princípio, para as lavouras de café. Segundo Santos (2000), após a instauração dessa Sociedade, cerca de 750 mil estrangeiros vieram para a província de São Paulo. E não foi muito diferente em Rio Claro, uma vez que em 1886 o município figurava entre os três maiores produtores de café da província, justificando o porquê de haver uma parte desses imigrantes que queriam ir para lá, como mostra a Tabela 4.

Todas essas respostas ao problema da mão de obra estiveram atreladas à demanda muito grande desse fator de produção para a “limpeza de terrenos, o plantio de mudas e a construção de terreiros” (Dean, 1977, p. 65). Santos (2015) fala algo semelhante, quando argumenta que essa mão de obra se ocupava de todas as etapas da produção cafeeira, “desde a derrubada da floresta até a operação das máquinas de beneficiamento” (Santos, 2015, p. 111). Por se tratar de uma região cuja produção estava voltada para o mercado externo e cujo gênero agrícola era o café, houve uma movimentação populacional para atender as demandas necessárias para a reprodução dessa atividade (Santos, 2015).

Outro ponto que deve a ser analisado é como a produção cafeeira em Rio Claro esteve atrelada a um movimento especulativo. Segundo Monbeig, o ponto de partida dessa especulação é justamente “a posse de vastas extensões de matas” não cultivadas, e ela se generalizou a tal ponto que “a terra virgem produz lucros antes de produzir colheitas” (Monbeig, 1984, p. 212). E nesse processo especulativo, começada a produção, a floresta é vista “mais como uma dificuldade a superar do que como um recurso possível”, fazendo com que as florestas sejam desperdiçadas e derrubadas (Monbeig, 1984, p. 247). Afinal de contas, havia uma ideia de que as terras do Brasil e de Rio Claro eram praticamente infinitas e que elas não se exauriam (Dean, 1977).

Delfim Netto ([1959] 2009) destacou que produção do café foi inserida nos movimentos especulatórios dos mercados financeiros, o que representou um fator de estímulo à expansão extensiva do café pelo território e desequilíbrios entre oferta e demanda. Segundo Saes (1995), os responsáveis dessas especulações eram os próprios comerciantes exportadores de café, uma vez que constituíam um oligopólio – termo usado por Delfim Netto – que respondia por mais de 60% do comércio mundial na

virada do século XIX para o século XX. E, além do poder de mercado em si, esses grandes comerciantes exportadores possuíam armazéns, fazendo com que pudessem manipular o preço do gênero agrícola em detrimento dos próprios produtores. Tais estímulos à produção fizeram com que a expansão de cafezais e, conseqüentemente, a produção de café em si tenha sido feita tão intensamente que a oferta mundial se tornou maior que a demanda, o que se traduziu em crises de superprodução que se refletiram nos preços do gênero agrícola já a partir de 1896 (Delfim Netto, [1959] 2009).

As mudanças físicas e econômicas trazidas pela cafeicultura e pela ferrovia também reverberaram para o subjetivo coletivo da sociedade. Segundo Santos (2000), o próprio tempo dessa nova cidade passou a ser outro, cuja regulação e sociabilidade passaram a ser ditadas racionalmente pelo próprio trem. Ou seja, ao fim e ao cabo, o que houve foi valorar o tempo a partir da sua utilidade em relação ao trabalho, e isso começou a ser a norma da sociedade rio-clarense como um todo, afrouxando os laços que antes uniam as pessoas. Até mesmo no microcosmos dos fazendeiros houve uma mudança na subjetivação da realidade, uma vez que houve um afrouxamento nas relações – antes diretas – entre o proprietário da terra e a própria terra (Monbeig, 1984). Portanto, “à nova estrutura e à psicologia social novas, corresponde um novo tipo de *habitat*” (Monbeig, 1984, p. 178).

Isso posto, a combinação do avanço dos cafezais sobre as terras férteis, a vinda dos imigrantes – e própria utilização do escravismo –, a necessidade por um sistema eficiente de transportes, a urbanização e o crescimento populacional, formou o complexo cafeeiro em Rio Claro (Silva; Barrotti, 2024). Esse movimento, todavia, demandou que outros tipos de atividades econômicas comesçassem a surgir (bancos, crédito, comércio, atividades industriais de beneficiamento *etc.*), transformando a cidade de Rio Claro como um “negócio mundial e único” (Santos, 2000, p. 72). Ou seja, a cidade de Rio Claro é um exemplo de como o local esteve atrelado com a verticalidade (a dinâmica global).

Mesmo com a fronteira do café se deslocando para o interior em direção às terras virgens e levando consigo novos contingentes de trabalhadores, a produção cafeeira rio-clarense, bem como outras atividades econômicas correlatas – ou não –, mantém Rio Claro como importante

polo econômico até os dias de hoje. Para além dos impactos ambientais, a profunda transformação do meio físico rio-clarense pelas atividades econômicas desenvolvidas localmente e orientadas principalmente para a produção cafeeira teve impactos socioeconômicos diversos, podendo abrir interessantes frentes de discussão. Essa transformação se deu pela derrubada das florestas e erosão dos solos, mas também pelo desenvolvimento urbano e pelas infraestruturas de transportes, cujos impactos nas condições socioeconômicas não podem ser desprezados.

3. Sistema-mundo e meio ambiente: uma abordagem a partir do caso de Rio Claro

De acordo com Deleuze e Guattari, o capitalismo é “uma bricolagem de tudo o que já foi”, uma síntese entre o arcaico e o ultramoderno (Fisher, 2020, p. 15). E é nesse sentido que Mark Fisher, em seu livro *Realismo capitalista*, realiza a analogia de que o capitalismo poderia ser assemelhado ao monstro da obra *It – A coisa*, de Stephen King: uma entidade plástica que é capaz de absorver e incorporar tudo aquilo com que entra em contato. Assim, o capitalismo teria a habilidade, segundo o filósofo britânico, de superar e redefinir as suas próprias limitações de maneira “pragmática e improvisada” (Fisher, 2020, p. 15). Uma dessas formas é justamente a incorporação de espaços não mercantilizáveis e não mercantilizados ao ciclo de produção e reprodução do capital. É a partir dessa abordagem que se pretende relacionar a Divisão Internacional do Trabalho, o componente periférico da economia brasileira e a temática da degradação ambiental.

Klaus Dörre, sociólogo e teórico alemão, explora esse processo – originalmente concebido por Rosa Luxemburgo ([1913] 1970) – de incorporação de espaços não mercantilizáveis e não mercantilizados a partir do que ele denomina de teorema da expropriação capitalista (Dörre, 2022). Em seu livro, o sociólogo argumenta que as sociedades do centro capitalista esbarraram, em um momento, no dilema do crescimento, ou seja, essas sociedades se depararam em um limite autogestado da reprodução do capital. O resultado disso é que, cada vez menos, elas seriam capazes de realizar um crescimento econômico estável e sustentado. Assim, o capital não conseguiria mais se expandir ao mesmo tempo que garantisse a sua própria autoestabilização (Dörre, 2022).

Historicamente, porém, o capitalismo – enquanto essa entidade absorvedora – possuiu seus surtos de expansão, de modo que há períodos de crescimento e prosperidade econômica – como o ocorrido no Brasil durante o ciclo cafeeiro. Para o sociólogo, a explicação para cada um desses surtos é que eles manifestam uma “fase específica de um regime expropriatório” (Dörre, 2022, p. 78). Como o capitalismo não consegue se expandir e se reproduzir por conta própria, para sua autoestabilização, as sociedades precisam de duas coisas: (a) um constante aumento da riqueza social, que só é possível a partir da (b) “internalização de espaços externos”, que anteriormente não estavam sendo explorados (Dörre, 2022, p. 78). Portanto, entender essa dinâmica de regimes de expropriação a partir da incorporação desses espaços é fundamental para, além de compreender as bases históricas da constituição do capitalismo, analisar rigorosamente a forma e o conteúdo em que esse modo de produção se apresentou e se apresenta no Brasil.

Para Rosa Luxemburgo ([1913] 1970), a necessidade imposta pelas leis da concorrência leva continuamente à produção de mais-valor, que, em última análise, não consegue ser absorvido pela demanda dos consumidores finais (Dörre, 2022). Ou seja, nessas sociedades há também um problema na realização do valor. Para superar esse problema, Luxemburgo argumenta que o mais-valor precisa ser “captado” por espaços não capitalistas. Ou seja, para ela, é somente a partir da incorporação de força de trabalho e de terra não capitalistas que o capital adquire a capacidade de se expandir para além dos limites gerados por si próprio.

A produção cafeeira em Rio Claro – e no Brasil – e a necessária ocupação de novas terras pelo interior do Brasil estiveram inseridos no processo de expansão do capital mundial, dado que foi a partir da cafeicultura que se implementou uma economia monetária no território paulista, cuja base era uma agricultura empresarial e capitalista orientada para o mercado externo (Santos, 2015; Oliveira, 1999). Essa orientação para o mercado está associada com a própria essência do modo de produção capitalista, de maneira que a própria racionalidade do grande proprietário é “dominada pelo cálculo contábil”, cujo objetivo é simplesmente lucrar e acumular (Santos, 2015, p. 37-38).

No entanto, o desenvolvimento capitalista da agricultura possui algumas diferenças em relação ao da indústria. A principal delas é justa-

mente o meio de produção: enquanto, no caso da indústria, as máquinas e os equipamentos estão suscetíveis a reprodutibilidade, a terra – meio de produção da agricultura – não está (Santos, 2015). Isso faz com que a forma de apropriação desse meio de produção se torne fundamentalmente importante, uma vez que é a partir da estrutura agrária que “se transforma o processo produtivo no campo” (Santos, 2015, p. 66). Afinal de contas, o desenvolvimento capitalista da agricultura ocorria em um período em que nem toda a terra estava apropriada sob a forma de propriedade privada capitalista da terra⁵, fazendo com que existisse um limbo relacionado à propriedade nessa fronteira de expansão (Silva, 1981 *apud* Santos, 2015).

Sobre essa questão da propriedade, Marx ([1939] 2011) argumenta que a posse, em uma sociedade capitalista, pressupõe uma categoria jurídica concreta, qual seja, a propriedade. Ou seja, é possível que haja posse sem haver propriedade propriamente dita, uma vez que a propriedade é uma manifestação concreta de uma relação já existente – a posse. E é nesse sentido que, segundo Santos (2015), a Lei de Terras⁶ de 1850 foi instituída: justamente para legitimar a posse e materializar a propriedade privada no Brasil, fazendo com que essa se baseasse em princípios econômicos.

Evidentemente, com a instauração dessa Lei, a estrutura agrária não se alterou: mantiveram-se as grandes propriedades, mesmo após a abolição da escravidão (Dean, 1977). Isso porque, como supracitado, a posse e a propriedade de novas terras ficaram reservadas somente àqueles que possuíam recursos financeiros para comprá-las, fazendo com que as maiores e melhores partes das terras pertencessem aos grandes fazendeiros (Santos, 2015). Isso obrigou, segundo José Graziano da Silva, os trabalhadores a venderem a sua força de trabalho, transformando-os em mercadoria – característica constitutiva do capitalismo enquanto modo de produção (Silva, 1981 *apud* Santos, 2015).

O resultado desse processo foi justamente a concentração de terras, que se traduziu também na concentração da produção de café (Oliveira,

⁵ O fato de, na fronteira, nem toda a terra ainda ter sido incorporada sob a forma de propriedade privada capitalista não significa que tais regiões fossem “vazios populacionais”. Muitas dessas terras já eram ocupadas por posseiros, populações indígenas e quilombolas (Seyferth, 1990).

⁶ A Lei de Terras dificultou a aquisição de terras por qualquer outro meio que não fosse a compra delas, findando o processo de doações realizado pela Coroa (Santos, 2015; Oliveira, 1999).

1999). A manutenção da concentração de terras era favorecida pela própria estrada de ferro, uma vez que, como mencionado na seção anterior, ela estava completamente relacionada com os interesses dos cafeicultores (Dean, 1977). Afinal de contas, em depoimento de Eugênio Egas, ele diz que “a grande propriedade era a base da vida econômica paulista e a ela se deviam todos os importantes e grandiosos melhoramentos realizados na província, tais como estradas de ferro e navegação fluvial” (Dean, 1977, p. 185).

Ainda sobre essa questão da propriedade, é importante destacar o papel dos grileiros de terra nas fronteiras de expansão. A figura do grileiro está associada justamente a um falsificador de títulos de propriedade, nas áreas supracitadas, e deve-se a uma dificuldade muito grande de estabelecer quem tinha sido o primeiro ocupante daquela terra (Monbeig, 1984). E isso – levando em consideração que nesse momento a ocupação estava em segundo plano, e em primeiro plano estava justamente a especulação – tornava a atuação do grileiro fundamental, já que seu objetivo era o de entregar às “autoridades judiciárias documentos perfeitamente em ordem” a fim de “fazer fortuna sem esforço” (Monbeig, 1984, p. 143). O pano de fundo desse processo especulativo está atrelado, também, à valorização do café no mercado internacional na década de 1880, que incentivou a incorporação de novas terras, valorizando-as (Oliveira, 1999). Dessa forma, em um sistema em que a propriedade das terras estava atrelada ao aumento da produção, a figura do grileiro se tornou quase que essencial nas frentes pioneiras (Monbeig, 1984).

Logo, a questão fundiária estava diretamente ligada à ânsia da produção, cuja racionalidade de expansão era precisamente a incorporação de novas terras que antes não estavam sendo cultivadas e, portanto, não faziam parte do ciclo de produção e reprodução do capital. A partir da década de 1880, com o aumento do consumo e consequente valorização no preço do café, não bastou somente a expansão da plantação, a qualidade dessa produção também foi alvo de ajuste, muito por causa da inauguração do mercado norte-americano (Oliveira, 1999; Azevedo, 1990). Diversas benfeitorias, máquinas de beneficiamento, armazéns, entre outros tipos de máquinas e equipamentos, começaram a ser introduzidos na produção cafeeira, de modo que houve um aumento muito grande no capital necessário para a formação de uma fazenda (Santos, 2015; Oliveira,

1999). E foi a partir dessa demanda por capital que o sistema de crédito floresceu e se constituiu, tornando-se fundamental para o desenvolvimento da economia cafeeira de Rio Claro e do Brasil (Santos, 2015).

Dessa forma, a questão fundiária e da propriedade torna-se central para compreender como espaços anteriormente fora do mercado, ou considerados não mercantilizáveis, foram incorporados ao ciclo de produção e reprodução do capital, e como esse processo afetou o meio ambiente na época. A saber, a organização do sistema de crédito e do complexo cafeeiro se utilizaram – não de maneira intencional, mas sim racional – da expropriação das terras, do solo, dos rios, das florestas, para acumularem capital e servirem de base para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, a partir de uma posição periférica e dependente na Divisão Internacional do Trabalho (Azevedo, 1990).

É possível, portanto, depreender que a expansão cafeeira em Rio Claro – fundamentada na incorporação de espaços não mercantizados e/ou não mercantilizáveis – esteve diretamente relacionada com o movimento de acumulação do capital mundial, condicionada também à posição de uma economia baseada na agroexportação de uma monocultura. Tal expansão “moldou a paisagem rural e urbana no Centro Sul do Brasil”, em que “enormes florestas e cerrados foram cortados e queimados para dar lugar aos cafezais, às cidades e ferrovias” (Souza Pinto, 2021, p. 84).

4. Conclusão

A cafeicultura no Brasil teve início em um momento muito particular do desenvolvimento histórico do capitalismo mundial, e a expansão das plantações esteve diretamente associada com a própria expansão desse modo de produção no Brasil. Como resultado dessa expansão ocorreram diversas transformações em variados setores: mercado de trabalho, sistema de transportes, sistema bancário, comércio, e uma nova estrutura social da realidade brasileira.

Uma dessas transformações, como foi possível observar ao longo deste trabalho, foi a incorporação de novas áreas agrícolas, processo observado no meio físico da cidade de Rio Claro. Parte importante da frente pioneira do café, Rio Claro foi palco da derrubada de florestas, esgotamento do solo e uso exaustivo da terra, de modo que o resultado desse

processo configura uma “obra destruidora”, cuja tinta foi justamente a incorporação de novas terras para plantar, o pincel foi a característica reflexiva da economia brasileira e a tela foi a acumulação do capital no mundo (Monbeig, 1984).

A partir do caso concreto de Rio Claro, este estudo buscou analisar o entrelaçamento do capitalismo, relações de dependência e meio ambiente a partir da forma e da lógica da acumulação de capital na frente pioneira do café, cuja tônica está associada à tomada, incorporação e expropriação, sejam elas físicas, virtuais ou simbólicas, de locais e espaços que antes não faziam parte dela e/ou não eram mercadorias.

No período enfocado neste estudo, foi a autoexpansão e autoacumulação do capital – em especial do capital inglês – que deram conteúdo ao desenvolvimento capitalista no mundo. Assim, a análise da condição da economia brasileira durante a segunda metade do século XIX e início do século XX permite estabelecer correlações entre a evolução da acumulação de capital no país e as relações de dependência centro-periferia estabelecidas e/ou reforçadas a partir da incorporação de novos espaços. A racionalidade por trás dessas relações é baseada justamente no atendimento às demandas por matérias-primas no centro, de modo que o Brasil constituiu à época uma economia voltada essencialmente para supri-las, sobretudo de gêneros agrícolas.

Dessa forma, a atividade cafeeira no meio físico da cidade de Rio Claro demonstrou que há uma inter-relação entre os impactos ambientais da cafeicultura e a posição do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho, permitindo assim estabelecer a ponte entre a verticalidade e o local, entre o todo e a parte, entre a dependência e a devastação.

Referências

- ABU-LUGHOD, J. *Before European Hegemony: The World System A.D. 1250-1350*. New York: Oxford University Press, 1989.
- ARRIGHI, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1994.

AZEVEDO, H. O. Cafeicultura paulista, industrialização e política. *Revista de Ciência Política*, v. 33, n. 3, p. 87-105, 1990. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/rcp/article/view/59777>>. Acesso em: 26 agosto 2024.

BAPTISTA FILHO, O. *A fazenda de café em São Paulo*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola, 1952. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10013832&parte=1>>. Acesso em: 31 julho 2024.

BASTOS, C. P.; PEREIRA, R. P. Estruturalismo latino-americano, teoria do desenvolvimento e a tradição da economia política clássica. *Revista da SEP*, n. 69, 2024. Disponível em: <<https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/112>>. Acesso em: 27 agosto 2025.

BRENNER, R. *The Economics of Global Turbulence*. London: Verso, 2006.

DEAN, W. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEAN, W. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DÖRRE, K. *Teorema da expropriação capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2022.

EVANS, P.; RUESCHEMEYER, D.; SKOCPOL, T. (Org.). *Bringing the State Back In*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

FERREIRA, M. B. F.; BENINCASA, V.; OLIVEIRA, C. B. Urbanização e ferrovia: implantação do sistema ferroviário e suas consequências no espaço urbano da cidade de Rio Claro/SP. VI COLÓQUIO LATINO-AMERICANO SOBRE RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL, 2012, São Paulo. *Anais*. São Paulo: Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, p. 1-19, 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/VI_coloquio_t2_urbanizacao_ferrovia.pdf>. Acesso em: 5 agosto 2024.

FISHER, M. *Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?* São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GRANDI, G. A Companhia Estrada de Ferro Rio Claro e o projeto de expansão ferroviária da Companhia Paulista. *História Econômica & História de Empresas*, v. 9, n. 1, 2012. Disponível em: <<https://www.hehe.org.br/index.php/rabphe/article/view/120>>. Acesso em: 26 agosto 2025.

HOGAN, D. J.; OLIVEIRA, M. C. F. A.; NETO, J. M. S. *Café, ferrovia e população: o processo de urbanização em Rio Claro*. Campinas: NEPO/Unicamp, 1986. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/textos_nepo/textos_nepo_05.pdf>. Acesso em: 28 julho 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE FLORESTAS (IBF). *Bioma Mata Atlântica*. Disponível em: <https://www.ibflorestas.org.br/bioma-mata-atlantica?utm_source=google-ads&utm_medium=cpc&utm_campaign=biomas&keyword=bioma%20mata%20atlantica&creative=519561022233&gad=1&gclid=Cj0KCQjwqNqkBhDlARIsAFaxvwydPqFEj_EBLbnSER15O515iVzzwz2VcKNCug9-eUbmU29VU1dI1S8aAoEpEALw_wcB>. Acesso em: 24 junho 2023.

LUXEMBURGO, R. *A acumulação do capital: um estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [1913] 1970.

MARTINS, J. R. Immanuel Wallerstein e o sistema-mundo: uma teoria ainda atual? *Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales*, v. 5, p. 95-108, 2015. Disponível em: <<https://iberoamericasocial.com/immanuel-wallerstein-e-o-sistema-mundo-uma-teoria-ainda-atual/>>. Acesso em: 20 fevereiro 2024.

MARX, K. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, [1939] 2011.

MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

DELFIM NETTO, A. *O problema do café no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, [1959] 2009.

OLIVEIRA, F. A. M. *Faces da dominação da terra (Jaú 1890-1910)*. São Paulo: Unesp Marília Publicações/FAPESP, 1999. Disponível em: <https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/book/128>. Acesso em: 20 agosto 2024.

POLANYI, K. *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time*. Boston: Beacon Press, 1957.

PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

PREBISCH, R. *Interpretación del proceso de desarrollo latino-americano em 1949*. Santiago do Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (Cepal), 1973.

RIBEIRO, F. A política econômica e o Convênio de Taubaté na economia cafeeira (1889-1906). *Pesquisa & Debate*, v. 22, n. 1 (39), 2011, p. 75-93. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/7390>>. Acesso em: 13 maio 2024.

RODRÍGUEZ, O. *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SAES, M. S. M. *A racionalidade econômica da regulamentação no mercado brasileiro de café*. São Paulo: 1995, USP (Tese de Doutorado em Teoria Econômica da USP).

SANTOS, F. A. *Rio Claro: uma cidade em transformação, 1850-1906*. Campinas: Unicamp, 2000 (Dissertação de Mestrado em Economia da Unicamp). Disponível em: <<https://hdl.handle.net/20.500.12733/1590554>>. Acesso em: 25 julho 2024.

SANTOS, C. R. *Negociação e conflito na formação do mercado de trabalho em Rio Claro – SP (1841-1895)*. São Paulo: USP, 2015 (Tese de Doutorado em História Econômica da USP). DOI: <10.11606/T.8.2015.tde-08072015-115252>. Acesso em: 3 agosto 2024.

SEYFERTH, G. *Imigração e colonização*. Brasília: Editora da UNB, 1990.

SILVA, G. P.; BARROTTI, N. G. As maiores firmas industriais de Rio Claro (SP) na primeira metade do século XX (1918-1945). *História Econômica & História de Empresas*, v. 27, n. 1, p. 235-269, 2024. Disponível em: <<https://www.hehe.org.br/index.php/rabphe/article/view/940>>. Acesso em: 5 agosto 2024.

SILVA, J. G. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: Hucitec, 1981.

SOUZA PINTO, J. A. A. De horto florestal a patrimônio ambiental: um olhar da História Ambiental para Rio Claro (SP). *Revista Hydra: Revista Discente de História da UNIFESP*, v. 5, n. 9, p. 67-106, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/hydra/article/view/11663>>. Acesso em: 25 junho 2023.

TAVARES, M. C. Império, território e dinheiro. In: MELO, H. P. (Org.). *Maria da Conceição Tavares: vida, ideias, teorias e políticas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Expressão Popular/Centro Internacional Celso Furtado, p. 261-304, [1999] 2019.

WALLERSTEIN, I. *The Modern World System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. Nova York: Academic Press, 1974.

WALLERSTEIN, I. *World-Systems Analysis: An Introduction*. Durham: Duke University Press, 2004.